



CONTRATO Nº 174/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2018

CARTA CONVITE Nº 02/2018

HOMOLOGAÇÃO 07/12/2018

Pelo presente o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC**, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Ademir Domingos Miotto**, inscrito no CPF sob o nº 437.447.889-20, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.797.458/0001-56, estabelecida na Rua Fiorelo Sunti, Nº 252, Bairro Sunti Município de Concórdia – SC, CEP: 89708-018, neste ato representado por seu Sócio, **Sr. André Luiz Simon**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 062.232.139-05, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o edital de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação consiste na contratação de serviço especializado de mão-de-obra e fornecimento de materiais para Execução De Passeio Público na Av. 17 de Fevereiro, do portal de entrada até 513,25 metros lineares de passeio (lado esquerdo), totalizando 998,29 m² de passeio público, centro, do Município de Presidente Castello Branco – SC , em regime de empreitada global.

Item	Qted.	Und.	Descritivo	Valor Total (R\$)
01	1	Und	Contratação de empresa para serviço especializado de mão-de-obra e fornecimento de materiais para Execução De Passeio Público na Av. 17 de Fevereiro, do portal de entrada até 513,25 metros lineares de passeio (lado esquerdo), totalizando 998,29 m ² de passeio público, centro, do Município de Presidente Castello Branco – SC	92.350,63

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO PRAZO

3.1 Após a emissão da Autorização do Serviço pelo setor de compras, a empresa vencedora responsável pela obra e serviços de engenharia terá o prazo máximo de 180 dias para entrega final da obra, observando as etapas de realização estabelecidas no cronograma físico financeiro, Anexo II do Edital.



3.2 Local da execução: Av. 17 de Fevereiro – Centro do Município de Presidente Castello Branco – SC.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O preço total ajustado para a obra de reforma licitada é de **R\$ 92.350,63 (noventa e dois mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos)**, sendo que o valor a ser pago mediante laudo de medição confeccionado pelo fiscal da obra do Município, condicionado as etapas de execução da obra, conforme o descrito no cronograma físico financeiro de que trata o presente Edital.

4.2 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após liberação e apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, mediante transferência bancária, conforme anexo V, apresentado no momento da sessão pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório nº 62/2018, modalidade Convite nº 02/2018 para o ano de 2018, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes nas rubricas abaixo:

08	SECR. MUN. OBRAS. TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
02	Dpto. Municipal de Obras e Serv. Urbanos
2.026	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS PÚBLICOS
4.4.90.0044	Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Responsabilidade da Contratada

7.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) Manter preposto para representá-la durante a execução do contrato, disponibilizando e mantendo atualizado o seu contato, bem como a indicação e qualificação do responsável técnico (engenheiro civil) e as demais colaboradores responsáveis pela execução da obra, no prazo de 02 (dois) dias após a assinatura do presente contrato;
- c) É vedado ao Licitante Vencedor subcontratar outra empresa para a execução do objeto deste Edital.
- d) Constituir e manter atualizado o diário da obra, expressando os movimentos de cada data, e permitindo a consulta pelo fiscal da obra e respectivo fiscal do contrato, nomeado em ato específico e discriminado pelo contrato administrativo a ser firmado, para o perfeito cumprimento da obrigação.
- e) Permitir o acesso, prestar informações, atender as solicitações e recomendações expressas pelo fiscal de obras ou fiscal de contrato, sem prejuízo



da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária anteriormente à cada pagamento realizado pelo Contratante;

f) Executar a prestação respeitando as recomendações e exigências previstas no Memorial Descritivo, como também nos projetos de execução, vinculados pelo Edital, e alterações que se fizerem necessárias, desde que devidamente justificadas.

g) Providenciar e disponibilizar a anotação e/ou registro de responsabilidade técnica de execução perante o CREA/SC e/ou CAU.

7.2. Responsabilidade da Contratante

7.2.1. Receber a obra no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de agente especialmente designados;

7.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a cada etapa de realização, após a deliberação por ato de medição pelo fiscal da obra, com vistas do fiscal do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E VIGÊNCIA

9.1 A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

9.2 A vigência do presente Contrato é da sua assinatura até o dia 31 de julho de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Lucilei Groto, conforme Portaria nº P/0392/2018, de 10 de dezembro de 2018, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e tem como fiscal da obra o engenheiro civil Gustavo Bochi Barbieri **CREA/SC nº**

11.2 O fiscal administrativo do contratante terá como contato mediato o preposto indicado pela contratada Sr. (a) André Luiz Simon cargo de Empresário disponível no telefone (49)3442-6452 e endereço eletrônico srv@srvengenharia.com.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIBERAÇÃO

12.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

13.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I.** O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;
 - II.** Entrega de objeto fora das especificações constantes no edital;
 - III.** A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
 - IV.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
 - V.** O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
 - VI.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - VII.** A dissolução da empresa;
 - VIII.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
 - IX.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
 - X.** A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.
- b)** Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c)** Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.



13.4 Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº D/2.387/2007, de 23 de julho de 2007, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 62/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.
Presidente Castello Branco (SC), 10 de dezembro de 2018.

CONTRATANTE

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

CONTRATADO

Srv Projetos e Construções Ltda -
Me
r/p André Luiz Simon

FISCAL DO CONTRATO

Lucilei Grotto

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF : _____

Nome: _____

CPF : _____